



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SELEÇÃO DE JUÍZES LEIGOS E CONCILIADORES REMUNERADOS DA
COMARCA DE MARIALVA –PR

PROCESSO SELETIVO 01/2013

PROVA DE CONCILIADOR

Questão nº 01 (valor: 0,15)

O Juizado Especial Cível da Justiça Comum é competente para processar causas de até 40 salários mínimos e o Juizado Especial Cível Federal de até sessenta salários mínimos. Falso ou verdadeiro? ().

Questão nº 02 (valor:0,15)

Não sendo complexa a causa, o Juiz poderá se utilizar de técnico (com apresentação de parecer técnico) como meio de prova para esclarecimento dos fatos. Falso ou verdadeiro? ().

Questão nº 03 (valor:0,15)

Nas causas de até vinte salários mínimos, a representação processual (por parte de advogado) é obrigatória. Falso ou verdadeiro? ().

Questão nº 04 (valor: 0,15)

Quanto à competência, há duas correntes de interpretação, uma que entende que a competência do Juizado Especial é absoluta e outra que é relativa. Contudo, tem prevalecido o entendimento majoritário que se trata de competência relativa, de modo que a parte pode optar entre promover a ação no Juizado Especial ou na Justiça Comum. Falso ou verdadeiro? ().

Questão nº 05 (valor:0,15)

A, empresa comercial, cedeu seu crédito para B (pessoa física) e este promoveu a cobrança judicial do crédito junto ao Juizado Especial Cível. É parte legítima ativa ou não?. Responda sim ou não ().

Questão nº 06 (valor: 0,15)

Numa ação, F alega que fez a portabilidade do número de telefone (3232-2000) para a ré G, mas não recebe ligações das operadoras “x” e “z”. Na audiência de instrução e julgamento, presente o juiz leigo, F pediu que fosse feita uma ligação para esse número da audiência como meio de provar a alegação, o que foi deferido e cuja providência foi registrada em ata. Marque qual o tipo de



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

prova foi produzida: a) inspeção (); b) prova técnica ou pericial (); c) prova testemunhal ().

Questão nº 07 (valor: 0,25)

Numa audiência de conciliação, “R”, réu na ação proposta por “Q”, apresentou documentos provando que este (“Q”) já havia movido outra ação no juízo comum a respeito dos mesmos fatos, cuja decisão foi proferida em primeiro grau e estava em fase recursal e arguiu a preliminar de coisa julgada. Trata-se de coisa julgada. Sim ou não ().

Questão nº 08 (valor: 0,25)

É verdadeiro afirmar que o litisconsórcio é admitido no Juizado Especial Cível, mas não a intervenção de terceiros. Com base nessa afirmação, analise a questão a seguir: “E” comprou um carro de “H”, que foi financiado no banco “G”. Tendo em vista os problemas que constatou no veículo, ingressou com ação para rescindir a compra e venda e anular o financiamento, mas propôs a ação apenas contra “G”. O juiz julgou a ação, deferiu o pedido e anulou o contrato de financiamento. Agiu com acerto? Responda sim ou não ().

Questão nº 09 (valor:0,25)

Com base nessa mesma proposição acima (Questão 08), responda sim ou não: a) se a parte tivesse movido a ação apenas para rescindir o contrato de compra e venda, a ação deveria ter sido proposta somente contra H? ().

Questão nº 10 (valor: 0,30)

Cabe reconvenção no Juizado Especial Cível. Sim ou não ().

Questão nº 11 (valor:0,20)

Conforme entendimento doutrinário e jurisprudencial, o Espólio pode ser parte no Juizado Especial Cível, desde que nenhum herdeiro seja incapaz. Sim ou não ().

Questão nº 12 (valor: 0,30)

O preso, a massa falida e o incapaz poderão ser partes legítimas passivas no Juizado Especial Cível. Sim ou não ().

Questão nº 13 (valor: 0,20)

A incompetência absoluta pode ser arguida a todo o tempo, enquanto que a relativa somente deve ser na contestação. Esta afirmação é falsa ou verdadeira ().



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Questão nº 14 (valor: 0,25)

Assinale a alternativa correta:

- a) () o ato processual realizado por meio de precatória é uma exceção ao princípio da indelegabilidade da jurisdição;
- b) () por força do princípio da aderência da jurisdição ao território, fora da circunscrição territorial o juiz não exerce a jurisdição, não é juiz, mas mero cidadão;
- c) () os magistrados no Brasil somente após dois anos de exercício no cargo é que adquirem a vitaliciedade.

Questão nº 15 (valor:0,25)

Acerca da prescrição, assinale a alternativa correta:

- a) () o juiz nunca poderá suprir, de ofício, a alegação de prescrição;
- b) () a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários sempre aproveitará aos demais;
- c) () a interrupção da prescrição, nos casos ditados pelo atual Código Civil, poderá ocorrer somente uma única vez;
- d) () o prazo de prescrição do direito de ação a ser ajuizada no juízo cível, originária de fato que deva ser apurado no juízo criminal, flui independentemente da respectiva sentença criminal definitiva.

Questão nº 16 (valor: 0,25)

Analise as seguintes proposições:

- 1) O artigo 228 do Código Civil estabelece sobre quem não pode ser testemunha. O juiz pode admitir o depoimento de menor de dezesseis anos que presenciou um acidente de trânsito.
- 2) Se a obrigação for indivisível e havendo mais de um devedor, cada um será obrigado somente por parte da dívida.
- 3) Havendo mais de um credor ou devedor, há solidariedade, de modo que um devedor poderá ser demandado pela totalidade da dívida independentemente de estar ou não expressa ou de ser caso de solidariedade legal.
- 4) Solidariedade passiva significa que todos são devedores de uma obrigação; logo, quando o credor quer receber o total do crédito, tem que propor a ação contra todos os devedores.

- a) Apenas a questão 01 é verdadeira ()
- b) As questões 1, 3 e 4 são falsas ()
- c) Todas as questões são falsas ()
- d) As questões 1 e 4 são verdadeiras ()



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Questão nº 17 (valor: 0,40)

Verifique as afirmações e responda:

- 1) Evicção é o defeito oculto da coisa.
- 2) Vício redibitório é a perda da coisa por força de uma decisão judicial em favor de terceiro.
- 3) O mandato não cessa com a morte e suas consequências se transferem aos sucessores.
- 4) A fiança sempre depende da concordância do devedor afiançado.

a) Todas são falsas ()

b) As questões 01 e 03 são verdadeiras ()

c) Todas são verdadeiras ()

d) Somente a 04 é verdadeira ()

Questão nº 18 (valor:0,40)

Em relação ao Juizado Especial Cível, considere as seguintes afirmativas:

I – O acesso ao Juizado Especial Cível, em qualquer grau de jurisdição, independe do recolhimento de custas, taxas e despesas.

II – A correspondência ou contrafé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.

III – O não comparecimento da parte autora a audiência de conciliação é causa de extinção do processo, que se dará após prévia intimação pessoal das partes.

IV – O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, comprovado o vínculo empregatício.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas II está correta;
- b) Apenas IV está correta;
- c) Todas estão incorretas;
- d) Todas estão corretas;



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Questão nº 19 (valor: 0,40)

Também quanto ao Juizado Especial Cível, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Havendo extinção do processo por não comparecimento da parte autora a qualquer das audiências no Juizado Especial Cível, esta será condenada ao pagamento das custas processuais.
- b) As causas cujo valor não exceda a 40 (quarenta) salários mínimos podem ser propostas no Juizado Especial Cível, sendo que a opção pelo procedimento previsto na Lei nº 9.099/95 importará em renúncia ao crédito excedente a este limite.
- c) As causas cíveis enumeradas no art. 257, II, do CPC não admitem condenação superior a 40 salários mínimos e sua respectiva execução, no próprio Juizado.

Questão nº 20 (valor: 0,50)

Assinale V (verdadeiro) ou F (falso) nas questões a seguir:

- 1) () Caio, nascido em 20/07/1993, portanto, com 17 (dezesete) anos de idade na data de hoje, poderá promover ação de indenização em nome próprio perante o Juizado Especial Cível, desde que assistido por seu representante legal e representado por advogado em se tratando de pedido com valor superior a 20 (vinte) salários mínimos.
- 2) () Extingue-se o processo sem resolução do mérito quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, hipótese em eu o mesmo será condenado ao pagamento das custas processuais.
- 3) () Na audiência de instrução e julgamento serão ouvidas as partes, colhida a prova e, em seguida, proferida a sentença. Serão decididos de plano todos os incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência. As demais questões serão decididas na sentença. Sobre os documentos apresentados por uma das partes, manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência.



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- 4) () Os embargos de declaração serão interpostos por escrito ou oralmente, no prazo de cinco dias, contados da ciência da decisão. Quando interpostos contra sentença, os embargos de declaração, semelhante ao que ocorre no processo civil tradicional, interrompem o prazo para interposição de outros recursos, ou seja, o prazo recursal será contado novamente pelo todo.
- 5) () A decisão proferida por juiz leigo em sede de Juizado Especial deverá ser imediatamente submetida ao juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra sentença em substituição ou determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.
- 6) () Já tendo o réu apresentado contestação, o seu não comparecimento à audiência de conciliação não acarreta efeito processual algum, prosseguindo o feito sem a decretação de sua revelia.
- 7) () Tratando-se de ação de reparação de danos de qualquer natureza, em sede de Juizado Especial Cível, poderá o autor promover a ação em seu domicílio, no local do ato ou fato; ou ainda no domicílio do réu.

Questão nº 21 (valor:0,50)

Como você atuaria se, em audiência de conciliação do Juizado Especial Cível, a parte ré se mostrasse interessada em celebrar acordo, apresentando propostas viáveis, e a parte autora estivesse resistente à composição, insistindo em receber exatamente o valor pedido na petição inicial? (máximo 10 linhas)



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Questão nº 22 (valor:0,30)

Em relação às audiências preliminares do Juizado Especial Criminal é correto afirmar:

- a) que a ausência do autor do fato na audiência preliminar acarreta a revelia;
- b) não há necessidade da participação de advogado na audiência preliminar, pois a transação penal não acarreta o reconhecimento da culpabilidade;
- c) Durante a audiência preliminar, o conciliador conversará abertamente com os interessados, objetivando à autocomposição em matéria civil e penal;
- d) É facultativa a presença do Ministério Público na audiência preliminar;
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

Questão nº 23 (valor: 0,30)

Sobre a competência dos Juizados Especiais Criminais é correto afirmar que:

- a) o Juizado Especial Criminal de Marialva possui competência para julgar infrações de menor potencial ofensivos consumados no Foro Central da Região Metropolitana de Maringá;
- b) poderão ser processados nos Juizados ações de despejo para uso próprio e por falta de pagamento cumulada com ação de cobrança;
- c) os Juizados possuem competência para o julgamento de ações penais privadas, cuja pena corporal máxime abstratamente cominada não exceda a um ano;
- d) O Juizado criminal é competente para o julgamento dos delitos de estelionato (artigo 171, caput, do CP);
- e) O acusado que não for encontrado pelo Oficial de Justiça para ser citado pessoalmente, deverá ser citado por edital com prazo de 15 dias para comparecer à audiência preliminar.



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Questão nº 24 (valor: 0,30)

Dentre as atribuições do Conciliador no Juizado Especial Criminal abaixo elencadas, assinale a alternativa incorreta

- a) Esclarecer o autor do fato e a vítima e, se possível, o responsável civil, sobre a possibilidade de composição de danos civis e da aceitação da proposta de aplicação imediata de pena não privativa de liberdade.
- b) Reduzir a escrito as cláusulas da composição dos danos civis e homologá-la, mediante sentença irrecorrível.
- c) Aproximar o autor do fato e a vítima, orientá-los à composição dos danos civis e esclarecê-los sobre os seus efeitos jurídicos.
- d) Possibilitar ao ofendido, na hipótese de não obtenção da composição dos danos civis, em se tratando de ação penal pública condicionada, o exercício do direito de representação verbal, reduzindo-a a termo, ou dar-lhe ciência, na ata de audiência, do prazo decadencial previsto em lei, na hipótese de não exercício imediato deste direito;
- e) Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, na forma da lei local, preferentemente entre os bacharéis em direito, excluídos os que exerçam funções na administração da Justiça Criminal.

Questão nº 25 (valor: 0,30)

Assinale a alternativa correta:

- a) A homologação do acordo civil acarreta a renúncia (tácita) ao direito de queixa ou representação, mesmo que a reparação possa ainda vir a ser complementada no Juízo Cível;
- b) No caso de pluralidade de vítimas, a composição civil entre o autor do fato e uma das vítimas impede que as demais vítimas representem ou exerçam o direito de queixa;
- c) A homologação do acordo civil não acarreta a renúncia expressa ou tácita ao direito de queixa ou representação;
- d) A homologação do acordo civil pelo Juiz configura sentença à qual a lei confere eficácia de título executivo extrajudicial;



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- e) Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a suspensão condicional da pena ao autor do fato na audiência preliminar.

Questão nº 26 (valor:0,30)

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Na ação penal de iniciativa do ofendido poderá ser oferecida queixa oral, cabendo ao juiz verificar se a complexidade e as circunstâncias do caso determinam a adoção das providências previstas no parágrafo único do artigo 66 da Lei 9.099/95;
- b) Nos termos do artigo 80 da Lei n. 9.099/95, nenhum ato será adiado, determinando o juiz, quando imprescindível, a condução coercitiva de quem deva comparecer ao ato;
- c) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, podendo o juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes e protelatórias, entretanto, esta regra em casos excepcionais pode ser flexibilizada;
- d) As sentenças prolatadas pelo Juiz poderão ser objeto de embargos de declaração em caso de contradição, dúvida, omissão ou obscuridade
- e) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá recurso em sentido estrito que deverá ser remetido à Turma Recursal para julgamento.

Questão nº 27 (valor: 0,30)

No âmbito do Juizado Especial Criminal é incorreto afirmar que:

- a) A aplicação de pena restritiva de direitos ou multa em sede de transação penal não importa em reincidência, sendo registrada apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de 5 (cinco) anos
- b) O não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica em decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei. (art. 75, parágrafo único, Lei 9.099/95)



ESTADO DO PARANÁ
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- c) O autor da infração que já tenha condenação definitiva pelo delito de roubo (art. 157 do CP), com pena pendente de cumprimento, não pode ser beneficiado com a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa.
- d) O fato de o acusado ter sido beneficiado com a proposta de transação penal há mais de 8 anos impede a concessão de novo benefício do artigo 76 da Lei n. 9099/95.
- e) A sentença que homologar a transação penal é passível de apelação, nos termos do § 5º., artigo 76 da Lei n. 9.099/95.

Questão nº 28 (valor: 0,30)

Assinale a alternativa correta sobre o Juizado Especial Criminal:

- a) Ofertada a denúncia pelo Ministério Público, o Juiz a receberá e mandará citar o autor do fato para apresentar resposta em 10 dias;
- b) Expirado o prazo da suspensão de que trata o artigo 89 da Lei n. 9099/95, sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade do réu.
- c) Além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, não dependerá de representação, a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e culposas;
- d) Nas ações penais condicionadas à representação da vítima, o prazo decadencial para a vítima representar contra o autor do fato é de 3 meses, contados do dia em que veio a saber quem é o autor do crime;
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas.

Questão nº 29 (valor: 0,30)

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para quais forem realizados, atendidos os critérios indicados na Lei n. 9099/92;
- b) A prática de atos em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio de comunicação;

